RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sábado, 28 de Novembro de 2026

Arruda, Gim Argello e Paulo Octávio articulam chapa unificada para eleições 2026 no DF

Três ex-presidiários cosem acordo político para disputar eleições no Distrito Federal este ano

José Roberto Arruda (PSD) permaneceu dois meses na prisão. Gim Argello (Avante) cumpriu 3 anos e 2 meses de cadeia. Paulo Octávio (PSD) ficou encarcerado por apenas cinco dias.

O ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, que já foi condenado seis vezes por improbidade administrativa, está articulando uma estratégia política conjunta com o ex-senador Gim Argello, presidente do partido Avante-DF, e com o ex-vice-governador Paulo Octávio. O objetivo é montar uma chapa competitiva para as eleições deste ano.

Os três políticos compartilham não apenas uma longa trajetória na política brasiliense, mas também passagens pelo sistema prisional relacionadas a processos de corrupção. Enquanto Arruda e Paulo Octávio foram detidos em caráter preventivo, Gim Argello cumpriu sentença após condenação na Operação Lava Jato.





Reprodução

Com foco nas eleições de 2026, Arruda e Gim estruturaram um acordo onde o Avante fica responsável por indicar o candidato a vice-governador que integraria a chapa liderada por Arruda, ou alternativamente, o partido lança um candidato próprio ao Senado. Paulo Octávio já teve seu nome divulgado como pré-candidato senatorial pelo PSD.



A definição sobre quem ocupará a vice-governança continua em aberto e representa um dos temas centrais das negociações entre as legendas. Gim Argello figura entre os nomes estudados para compor a fórmula.

Em pauta também está a possibilidade de o Avante nomear Jorge Argello, filho do ex-senador, para disputar a vaga de vice-governador.

Existe ainda a alternativa de Paulo Octávio renunciar à sua candidatura senatorial para concorrer como vice na chapa de Arruda, abrindo espaço para que Jorge Argello dispute uma cadeira na Câmara dos Deputados.

A convenção conjunta de PSD e Avante está marcada para 26 de julho no Distrito Federal, data em que serão oficializadas as candidaturas dos dois partidos para a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e para o Congresso Nacional.

Trajetória de Arruda na Justiça

Pré-candidato ao governo do Distrito Federal, **Arruda acumula seis sentenças condenatórias em segunda instância relacionadas à Operação Caixa de Pandora**, investigação que destapou um sistema de corrupção envolvendo o então governador, membros da Câmara Legislativa Distrital e empresários, caracterizado por apropriação indébita de recursos estatais e recebimento de vantagens ilícitas entre 2006 e 2009. Paulo

Octávio exercia a função de vice-governador durante este período.

As condenações obrigam Arruda a restituir R$ 595 milhões aos cofres públicos, conforme valores atualmente reajustados.

Impedido de concorrer por lei, Arruda busca regularizar sua situação em 2026 apoiando-se em modificações recentes da Lei da Ficha Limpa, questão que permanece sob análise do Supremo Tribunal Federal (STF).

Paulo Octávio e suas condenações

Mencionado para candidatura senatorial pelo PSD, Paulo Octávio recebeu condenação em janeiro de 2022 pela 6ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal. Ao seu lado foram condenados a empresa Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda. e outros quatro acusados por atos de improbidade administrativa vinculados a falhas nos procedimentos de autorização para construção do JK Shopping, descobertas pela Operação Átrio, iniciada em 2014.

Em agosto de 2022, Paulo Octávio selou um acordo com a Promotoria especializada em Defesa da Ordem Urbanística (Prourb), vinculada ao MPDFT, que eliminou as penalidades de inelegibilidade com duração de dez anos e anulou o pagamento de multas que, com correção monetária, totalizavam R$ 65,4 milhões conforme estabelecido na decisão judicial.

O histórico de Gim Argello

Em outubro de 2016, o então juiz federal Sérgio Moro sentenciou Gim Argello a 19 anos de encarceramento pelos delitos de corrupção ativa, ocultação de bens ilícitos e impedimento de investigações. Em novembro de 2017, instância recursal federal modificou a sanção para 11 anos e 8 meses de reclusão.

Depois de permanecer mais de três anos internado no Complexo Médico-Penal de Pinhais (PR), Gim Argello recobrou sua liberdade em 2019 em virtude do Decreto de Indulto Natalino promulgado pelo então presidente Michel Temer em 2017, cuja aplicação para delitos sem caráter violento foi posteriormente ratificada pelo STF. Em fevereiro de 2022, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou completamente a condenação de Gim Argello nos processos da Lava Jato.